**ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 17/11/2021.**

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, reuniu-se remotamente a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para a nona reunião extraordinária, da terceira sessão legislativa, da oitava legislatura, presentes o(a)s Deputado(a)s Daniel Donizet, Júlia Lucy e Robério Negreiros. A Presidente da Comissão, Deputada Júlia Lucy, declarou aberta a reunião e passou aos itens da pauta. Colocou-se em discussão e votação o item n° 3 da pauta, parecer ao Projeto de Lei nº 1.701/2021, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que “estabelece a realização de campanhas em escolas públicas e privadas para estimular a adoção de animas abandonados e conscientizar as pessoas acerca da sua relevância”. O relator da matéria, Deputado Daniel Donizet, proferiu o parecer. O parecer foi aprovado por três votos favoráveis, duas ausências. O Deputado Daniel Donizet assumiu a presidência e pôs em discussão e votação o item n° 4, parecer ao Projeto de Lei nº 1.512/2017, de autoria do Deputado Delmasso, que “define regras para fabricação e comercialização de carimbos de profissionais regulamentadas em lei, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”. A relatora, Deputada Júlia Lucy, emitiu o parecer. O parecer foi aprovado por três votos favoráveis, duas ausências. Passou-se à apreciação do item n° 5, parecer ao Projeto de Lei nº 481/2019, de autoria da Deputada Kelly Bolsonaro, que “dispõe sobre a proibição de distribuição, a título de brinde, promoção ou sorteio, de animais não-humanos vivos em eventos públicos ou privados e dá outras providências”. A Deputada Júlia Lucy, relatora da matéria, proferiu parecer favorável. O parecer foi aprovado por três votos favoráveis, duas ausências. Em seguida, o item n° 6 foi analisado, parecer ao Projeto de Lei nº 1.999/2021, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 916, de 13 de setembro de 1995, que ‘disciplina as atividades e comércio varejista e armazenamento de gás liquefeito do petróleo – GLP no Distrito Federal quanto à segurança e dá outras providências’”. O parecer foi aprovado por três votos favoráveis, duas ausências. Discutiu-se o item n° 7, parecer ao Projeto de Lei nº 1.878/2021, de autoria do Deputado Fábio Felix, que “institui o Programa de Auxílio Emergencial para Bares, Restaurantes e Lanchonetes durante a pandemia de COVID-19”. A relatora da matéria, Deputada Júlia Lucy, informou que apresentou substitutivo, pois já existe previsão de pagamento do auxílio. O parecer é pela aprovação, na forma do substitutivo. O parecer foi aprovado por três votos favoráveis, duas ausências. Foi apreciado o item n° 8, parecer ao Projeto de Lei nº 1.860/2021, de autoria do Deputado Delmasso, que “institui a Política Distrital de Universalização e acesso à Internet - CONECTA- DF”. A relatora, Deputada Júlia Lucy, emitiu parecer favorável. O parecer foi aprovado por três votos favoráveis, duas ausências. Em seguida foi analisado o item n° 9, parecer ao Projeto de Lei nº 2.101/2021, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “institui a Política Distrital - TI Verde e, dá outras providências”. O parecer da relatora, Deputada Júlia Lucy, foi pela aprovação. O parecer foi aprovado por três votos favoráveis, duas ausências. Colocou-se em discussão e votação o item n° 10, parecer ao Projeto de Lei nº 474/2019, de autoria do Deputado João Cardoso, que “altera a Lei nº 4.883, de 11 de julho de 2021, que ‘dispõe sobre a política de turismo do Distrito Federal’”. A relatora, Deputada Júlia Lucy, disse que o projeto de lei inclui o idoso como participante dos projetos de turismo e parabenizou o autor da proposta. O parecer é favorável e foi aprovado por três votos favoráveis, duas ausências. Foi analisado o item n° 11, parecer ao Projeto de Lei nº 1.325/2020, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de aplicativos de entrega oferecerem seguro de acidentes pessoais para entregadores cadastrados em suas plataformas no âmbito do Distrito Federal”. A relatora, Deputada Júlia Lucy, ressaltou que existe seguro para os trabalhadores nas plataformas e que se adentra a seara trabalhista e de direito civil. Quanto ao mérito, a relatora emitiu parecer favorável, acatando as emendas n° 1 e 2. O parecer foi aprovado por três votos favoráveis, duas ausências. Em seguida foi apreciado o item n° 12, parecer ao Projeto de Lei nº 454/2019, de autoria do Deputado Delmasso, que “institui diretrizes para a Política de Mobilidade Elétrica do Distrito Federal, e dá outras providências”. A relatora, Deputada Júlia Lucy, emitiu parecer favorável na forma do substitutivo. O parecer foi aprovado por três votos favoráveis, duas ausências. Passou-se a presidência para a Deputada Júlia Lucy, que pôs em discussão e votação o item n° 24, parecer ao Projeto de Lei nº 1.762/2021, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “dispõe sobre a instalação de equipamentos de iluminação pública com energia renovável no âmbito do Distrito Federal”. O relator, Deputado João Cardoso, emitiu parecer favorável. O parecer foi aprovado por três votos favoráveis, duas ausências. Em seguida foi apreciado o item n° 25, parecer ao Projeto de Lei nº 1.779/2021, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “dispõe sobre a identificação, cadastramento de nascentes ou olhos-d’água, berços dos rios e dos cursos d’água no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”. O relator, Deputado João Cardoso, emitiu parecer favorável na forma do substitutivo. A Deputada Júlia Lucy disse que existe um grande problema no Governo do Distrito Federal quanto à não identificação das nascentes, o que estimula a invasão e posterior legalização das áreas. Em razão da falta de identificação das nascentes, não se consegue responsabilizar o invasor de terras que aterra nascente. A deputada destacou a obrigação do Poder Executivo na proteção do uso do solo e na preservação das nascentes. Deve-se deixar claro as atribuições de cada órgão no DF que trata da água. Em votação, o parecer foi aprovado por três votos favoráveis, duas ausências. Passou-se à análise do item n° 26, parecer ao Projeto de Lei nº 1.764/2021, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “altera a Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que ‘dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências’”. O relator, Deputado João Cardoso, emitiu parecer favorável e parabenizou o Deputado Eduardo Pedrosa pela proposta na área de meio ambiente. O parecer foi aprovado por três votos favoráveis, duas ausências. A Deputada Júlia Lucy informou sobre as indicações na pauta da reunião: 46 indicações de autoria do Deputado Agaciel Maia, 3 indicações de autoria da Deputada Arlete Sampaio, 27 indicações de autoria do Deputado Chico Vigilante, 419 indicações de autoria do Deputado Daniel Donizet, 59 indicações de autoria do Deputado Delmasso, 28 indicações de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, 16 indicações de autoria do Deputado Delegado Fernando Fernandes, 9 indicações de autoria do Deputado Hermeto, 48 indicações de autoria do Deputado Iolando, 57 indicações de autoria da Deputada Jaqueline Silva, 3 indicações de autoria do Deputado João Cardoso, 9 indicações de autoria do Deputado José Gomes, 17 indicações de autoria do Deputado Leandro Grass, 174 indicações de autoria do Deputado Martins Machado, 35 indicações de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, 39 indicações de autoria do Deputado Rafael Prudente, 29 indicações de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, 16 indicações de autoria do Deputado Robério Negreiros, 1 indicação de autoria do Deputado Valdelino Barcelos. As indicações foram apreciadas em bloco. Todas as indicações foram aprovadas com três votos favoráveis, duas ausências. Passou-se a presidência para o Deputado Daniel Donizet para que fossem apreciadas as duas indicações de autoria da Deputada Júlia Lucy. As indicações foram aprovadas com três votos favoráveis, duas ausências. A Deputada Júlia Lucy assumiu a presidência e informou que foi concluída a pauta. Ela ressaltou a importância da presença nas audiências públicas realizadas pela Comissão e declarou encerrada a reunião às 10h42. Eu, Uirá Felipe Lourenço, consultor técnico-legislativo, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente da Comissão, Deputada Júlia Lucy, e encaminhada para publicação.

Deputada Júlia Lucy

**Presidente da CDESCTMAT**